



A Santa Sé

PAPA PAULO VI

AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 29 de Dezembro de 1971

Riqueza teológica e espiritual do Natal

Hoje faremos uma visita ao presépio. É um convite que nos faz a festa do Santo Natal, que acabámos de celebrar e que prolonga o seu influxo litúrgico neste período sucessivo. É um convite que nos faz a profundidade do mistério da Encarnação, que, no Natal, exprime o próprio acontecimento histórico, isto é, insere-se no tempo, localiza-se num determinado ponto da terra, em Belém, constitui o vértice das profecias messiânicas e a origem da tradição cristã, que se difundiu no mundo e chegou até nós. É um convite que nos faz a riqueza teológica, litúrgica, espiritual e folclórica, que torna o Natal uma das datas mais solenes e mais bonitas do ano. É um convite que nos faz a própria dificuldade em classificar a complexa matéria religiosa, que se refere ao Natal e que, depois de nos ter encantado com o modo em que se apresenta no cenário evangélico, completamente pobre, cheio de simplicidade, impregnado de poesia, unicamente céu e terra, todo noite e luz, dá origem a questões essenciais tão graves e difíceis, quer para o compreender doutrinalmente, quer em consequência do seu reflexo exemplar sobre todos os que têm a tímida ousadia de se aproximar dele, que constituem um pretexto para toda a espécie de distração: vemo-lo nas manifestações exteriores profanas que caracterizam diversamente esta festa, no costume popular e até mundano.

A nossa visita, breve e simples, como convém a este momento, não pretende manifestar erudição, nem, muito menos, ensinar coisas novas e originais. Simplifica, bastante resumidamente, o quadro que o Natal nos apresenta, em três aspectos principais, que, de certo modo, podem ser classificados em três períodos da história eclesiástica. É mais ou menos assim: temos o primeiro período, o dos três primeiros séculos do cristianismo, durante os quais o Natal não tem uma verdadeira celebração litúrgica própria, nem a mesma data, e cujo objectivo não era

apenas exaltar o nascimento de Cristo, mas também substituir a festa pagã do Sol, do « Sol invicto», venerado em Roma, com um magnífico templo inaugurado pelo Imperador Aureliano (a. 274), com a festa de Cristo, sol da humanidade. Imediatamente, porém, a ideia doutrinal, que explica o nascimento de Cristo, neste período, é levada, principalmente, a considerar a Sua divindade; é o aparecimento do Filho de Deus feito carne que atrai a atenção e a devoção; a Igreja contempla o mistério da união hipostática, ou seja, da dupla natureza de Cristo, divina e humana, ambas vivas na única Pessoa do Verbo. E o que ensinaram especialmente S. João Crisóstomo, Santo Agostinho e São Leão Magno. A teofania define o Natal: Cristo, na humildade, é o Deus conosco (cfr. Santo Agostinho, *Sermones in Natale Domini*, em: Migne, *PL* 38,995 ss.; *De Cathechizandis Rudibus*, IV, em: Migne, *PL* 40,366). Certamente, também não faltam, nesta magnífica literatura sobre o Natal, expressões de ternura em relação ao Menino Jesus; por exemplo, S. Ambrósio, ao comentar o Evangelho de São Lucas, diz: *Me illius infantiae vagientis abluunt fletus, mea lacrymae illae delicta laverunt*, as lágrimas daquele menino a chorar lavam as minhas culpas (Santo Ambrósio, em: Migne, *PL* 15, 1649). Mas a divindade de Cristo prevalece no interesse celebrativo deste primeiro período: o Concílio de Niceia (a. 325), que afirma, contra os Arianos, a divindade de Cristo, e, depois, o sucessivo, de Constantinopla (a. 381), o de Éfeso (a. 431), e o de Calcedónia (a. 451) oferecem o quadro teológico sobre a divindade: Deus, Uno e Trino; sobre a Maternidade humano-divina de Maria; e sobre a Cristologia, na sua forma essencial e completa, principalmente em relação à liturgia do Natal.

A piedade medieval, deixando intacto o conteúdo doutrinal que acabámos de recordar, é caracterizada com a atracção pela humanidade de Cristo, de Cristo Menino. A teologia ilumina a antropologia do Salvador e a afectividade torna-se a expressão própria do Natal. A cena do presépio atrai o interesse dos fiéis. São Jerónimo, no elogio fúnebre da viúva Paula, dama romana que se tinha transferido para a Palestina e dirigido a Eustóquio, filha da mesma Paula, descreve a piedade da peregrina que visita Belém e entra na gruta da natividade *in specum Salvatoris* e vê, *oculis fidei*, com os olhos de uma fé cheia de imaginação, *infantem pannis involutum, vagientem in praesepe*, o Menino Jesus, envolvido em faixas, a chorar no presépio (São Jerónimo, *Epistolae*, 108, 101, em: Migne, *PL* 22, 884).

O paradigma do presépio, que já fora delineado pelo Evangelista São Lucas (cfr. *Lc* 2, 6-19), impõe-se. O presépio é construído não só como elemento figurativo litúrgico, mas também como cena representativa popular, que nunca mais deixará de exercer influxo na fé, na piedade, na arte e no sentimento do povo cristão, com uma simpatia encantadora e uma alegria especial para as crianças, os pobres, os humildes, as famílias e os santos. Neste ponto, São Francisco também é um exemplo típico. Todos recordam que o primeiro presépio foi feito por ele, em Greccio, na noite de Natal de 1223 (um ano antes dos acontecimentos do monte Verna), numa gruta, com um boi e um burrinho, vivos, e um pouco de feno, mas sem as figuras das personagens do Evangelho. Em cima da gruta foi celebrada a Missa (Tomás de Celano, 1, 84-87, Quaracchi).

A devoção ao presépio teve, realmente, importantes precedentes históricos. O primeiro foi a

reprodução do presépio de Belém, mandada fazer, talvez, pelo Papa Sisto III, que construiu a Basílica de Santa Maria Maior, chamada *Santa Maria ad praesepe*, representação esta que, depois, foi venerada pelos Papas sucessivos (cfr. *Liber Pontificalis*, 385, 418). Estava colocada num oratório, mas o Papa Sisto V ordenou ao arquitecto Fontana que a transferisse para a Capela do Santíssimo Sacramento, onde actualmente se encontra.

Existe uma tradição de escritores e de santos, dos quais o mais célebre é São Bernardo (cfr. São Bernardo, *Sermones*, em: Migne, *PL* 183, 87-152; 383-398; etc.), que se deixaram fascinar pela infância de Jesus. Este culto afectuoso a Cristo, sob a forma de Menino, perdura na piedade dos nossos dias, o que é muito bom. Trata-se de um culto, cheio de simpatia humana, de piedade familiar e de singela poesia, verdadeiro, fácil e consolador, e que, além disso, rende homenagem à humanidade de Cristo.

Pensemos no Menino Jesus de Praga e, aqui em Roma, no Menino Jesus de Aracoeli.

Com a devoção à infância de Cristo, delineou-se um terceiro período, ou melhor, uma nova espiritualidade, derivada do facto e do mistério do presépio. Um grande mestre de espiritualidade dos séculos XVI e XVII, o Cardeal Pierre de Bérulle (1575-1629), fiel ao seu princípio de associar o dogma à piedade, deu grande importância à devoção ao Verbo Encarnado, educando a escola espiritual, que ele fundou, mais na contemplação dos estádios por que passou Nosso Senhor, na Sua vida temporal e eterna, do que na contemplação das Suas acções. O primeiro destes estádios é o da infância, que deve reflectir, no culto interior da alma cristã, a contemplação e quase a assimilação deste período da vida de Jesus. O Cardeal Bérulle, embora compreendesse muito bem que « todos os dias e todos os momentos da vida de Jesus são adoráveis », tornou-se um grande promotor de devoção à infância de Jesus, tendo sido seguido, neste ponto, por outros insignes discípulos (cfr. Henri Bremond, *Histoire littéraire du sentiment religieux*, vol. III).

Prescindindo do resto, que não é pouco, passemos a falar daquela que ensinou, nos nossos dias, « o espírito da infância »: Santa Teresa do Menino Jesus. Bastam poucas palavras. A infância espiritual é uma das correntes mais activas da religiosidade do nosso tempo. Não tendo nada de pueril e afectado, exprime-se numa linguagem simples e inocente, que deriva, com certeza, das palavras paradoxais, mas divinas, de Jesus: « ... Se não voltardes a ser como as criancinhas, não podereis entrar no reino dos céus » (*Mt* 18, 3). Jesus pronunciou ainda outras palavras, que constituem a apologia da infância (cfr. *Mt* 11, 25; 18, 4; 19, 14; 25, 40). A base evangélica desta espiritualidade não poderia ser mais autorizada. É uma espiritualidade que se desenvolve segundo um tipo de humildade não só moral, mas também teológica e metafísica, se assim se pode dizer. É a humildade de Nossa Senhora (cfr. *Lc* 1, 38; 48), a humildade sábia, que tem o sentido da transcendência de Deus e da dependência absoluta da criatura em relação ao Criador; humildade que é tanto mais necessária quanto mais importante é a criatura, porque tudo depende de Deus, e também porque o confronto entre o nosso ser, com todas as suas qualidades, e o Infinito nos obriga a curvar a fronte.

À humildade, a referida escola espiritual acrescenta a confiança, porque Deus nos deu inumeráveis sinais da Sua bondade e do Seu amor. Dado que Ele quer ser chamado Pai, o nosso espírito deve imbuir-se do sentido da filiação (cfr. *1 Jo 3, 1*), de uma filiação e de uma infância cheias de confiança e de abandono. Esta é a infância espiritual que, seguindo a escola tradicional da Igreja, Santa Teresa do Menino Jesus resume com estas palavras: « É o caminho da confiança e do abandono total ». São palavras que devemos recordar, como fruto do santo Natal.

Contemplámos o mistério do Natal, que é um mistério de bondade e de humanidade. Por isso mesmo, ainda mais deploramos que o cenário do mundo, precisamente nestes dias, nos rerepresente o triste espectáculo de conflitos insolúveis, de represálias, de bombardeios e de violências, quase como se estes comportamentos pudessem servir para preparar a paz. Perante estes novos e grandes flagelos da humanidade e estas crescentes ameaças de depravação do conhecimento dos bens supremos do mundo e de incalculáveis sofrimentos de populações inocentes, devemos elevar novas orações a Deus, pela concórdia e pela busca de vias pacíficas de reconciliação, recordando sempre as palavras do sermão da montanha: « Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra » (*Mt 5, 5*).

Damo-vos a nossa Bênção Apostólica.